CONGRESO INTERNACIONAL

CONTESTED_CITIES

EJE 2

Artículo n° 2-515

QUATRO TEMPOS & UMA DISSONÂNCIA

NOTAS SOBRE O PROBLEMA DA PRODUÇÃO DA MORADIA NA CIDADE NEOLIBERAL

JOÃO MARCOS DE ALMEIDA LOPES

QUATRO TEMPOS & UMA DISSONÂNCIA

Notas sobre o problema da produção da moradia na cidade liberal

João Marcos de Almeida Lopes
Instituto de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo
jmalopes@sc.usp.br

ABSTRACT

Esta comunicação procura demonstrar, em três tempos e uma dissonância, como a produção da moradia para os pobres na cidade neoliberal pode ser útil para a legitimação do discurso que a conforma, bem como, em direção oposta, permite o ensaio de alternativas que afrontam os mecanismos de sua reprodução.

PALABRAS CLAVE: moradia, autogestão, ideologia neoliberal.

1. INTRODUÇÃO

Quando o arquiteto Alejandro Aravena recebeu o prêmio Pritzker (uma espécie de Oscar da arquitetura mundial) logo no início de 2016, dentre inúmeros comentários sobre sua obra que circularam pelas mídias, fossem eles críticos ou laudatórios, alguns (poucos) insistiam em perguntar onde ficava *a cidade* nos projetos do chileno. Ao compartilhar um desses comentários mais incisivos, alguém chegou a insinuar despeito nosso, pelo fato de tanto havermos feito no campo da luta pela moradia aqui no Brasil e nunca termos sido 'premiados' pelos resultados[1].

Em primeiro lugar, parece-nos importante que as questões que a arquitetura e a exposição midiática de Aravena mobilizam ganhem a cena pública e passem a fazer parte de nossa pauta como arquitetos – hoje tão pobre em relevância e significação política. De fato, dados os mecanismos que empurraram a arquitetura para uma "era digital-financeira", aqueles seus produtos que ainda ganham a cena pública, parecendo horizonte luminosa em estrada escura, acabaram se tornando "produtos de grife", onde "a obra aparece celebrizada como um fetiche de si de si mesma" engajada mais no compromisso midiático-publicitário que, efetivamente, no seu pressuposto valor-de-uso (Arantes, 2012:262). Ao sublimar-se como imagem e deixar de lado suas prerrogativas mundanas, a prática de projeto passa a referir-se – ou, orientar-se – também a partir dessa 'imagem de arquitetura'. Isto é, não é mais a determinação programática que parametriza o projeto ou as suas entranhas materiais e construtivas, mas sua conotação como imagem referida em si mesma. Ora, se considerarmos que o círculo midiático que reúne as arquiteturas do *star-system* é absurdamente restrito, resta à imensa maioria dos arquitetos, aqueles que não alcançam adentrá-lo ou sequer dele se aproximar, o atendimento às encomendas cotidianas, comezinhas, desprovidas de aura, pertinentes a um mercado que não dá chances a muitas estripulias arquitetônicas – parafraseando Lipovetsky e Serroy, o arquiteto nesse contexto serve muito mais ao mercado imobiliário e da construção civil que a seus clientes – e muito menos à arquitetura propriamente dita (Lipovetsky; Serroy, 2015:151). No entanto, não seria pertinente afirmar que a arquitetura perdeu relevância porque os arquitetos foram, cada vez mais, alijados do debate público; que, cada vez mais, prevalece a lógica da reprodução desenfreada no contexto da produção do edifício e da cidade e que foram postos à margem, esgoelando-se contra os rumos da história; que os poderes instituídos atropelaram suas boas intenções e que seu papel como profissionais capazes de pensar e produzir edifícios mais bonitos e úteis e cidades mais belas e saudáveis acabou em procrastinação e autocomiseração resignada. Pelo contrário: cada vez mais e mais os arquitetos brasileiros vêm sendo formados *por* e *para* este mercado de trabalho, *por* e *para* esta e não outra conjuntura. E, paradoxalmente, é nesta condição que ele atua: em nome de sua autopreservação pessoal e profissional, ao aceitar os encargos que o mercado lhe atribui – seja oferecendo seus serviços para atender a uma clientela elitizada que se permite contratar um arquiteto e muitas vezes para lhe demandar não mais que frivolidades, seja inserindo-se nas pontas das redes de ação dos gestores públicos –, o arquiteto, esmagadora maioria, acaba fazendo girar a roda a favor da preservação da ordem vigente, conservando e alimentando as insignificantes posições que o mercado de trabalho

[1] Sou um dos fundadores e associado da organização não-governamental USINA – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado. Com sede em São Paulo, na capital do estado com o mesmo nome, a USINA foi fundada em 1990 e, desde então, vem trabalhando com movimentos organizados e com administrações públicas com projetos, obras e processos de formação em diversos contextos de precariedade habitacional: com os "sem-teto", "sem-terra", em projetos e obras autogeridas e produzidas por ajuda mútua, em projetos de urbanização de favelas, na produção de moradia em assentamentos rurais etc. Com o trabalho realizado ao longo de 26 anos – completos agora em junho – a USINA obteve reconhecimento significativo, pelo menos no contexto brasileiro – que, contudo, nunca lhe valeu prêmios ou distinções. O que, de certa forma, parece-me um bom indício.

vem lhe reservando[2]. De modo algum, contudo, seria cabível responsabilizá-lo pelo que lhe resta como opção de sobrevivência material: o problema, a nosso ver, é estrutural (Lopes, 2016:106). Desde os anos 1970, Tafuri já prognosticava o declínio das energias ideológicas – e utópicas – atribuídas à arquitetura moderna e do papel ideológico do arquiteto frente aos "desequilíbrios, contradições e atrasos, típicos da reorganização capitalista do mercado mundial e do desenvolvimento produtivo":

> "Para os arquitectos, a descoberta do seu declínio como ideólogos activos ["eficazes", na tradução brasileira], a constatação das enormes possibilidades tecnológicas utilizáveis para racionalizar as cidades e os territórios, juntamente com a constatação diária de sua dissipação, o envelhecimento dos métodos específicos do projectar, mesmo antes de poder verificar as suas hipóteses na realidade, geram um clima de ansiedade que deixa entrever no horizonte um panorama muito concreto e temido como o pior dos males: o declínio do 'profissionalismo' e a sua inserção [do arquiteto], já sem obstáculos tardo-humanísticos, em programas onde o papel ideológico da arquitetura é mínimo ["insignificante", na tradução brasileira]" (Tafuri, 1985:120)

Se os anos 1970 já reservavam esse papel "insignificante" aos arquitetos, imagine-se nos tempos de uma "arquitectura milagrosa", com diz Llàtzer Moix (Moix, 2010), nos tempos de uma cidade que se paramenta como mercadoria midiático-publicitária, cuja produção é protagonizada quase que exclusivamente pelas grandes empresas e pelo capital internacional "num processo a que Neil Smith chamou de 'gentrificação generalizada'" (Arantes, 2012:24/34). Não há espaço para traços mais arriscados e pouco pragmáticos – a não ser para os tais integrantes do *star-system*.

Segundo, não nos parece pertinente imaginar que algum reconhecimento público profissional individual auxilie no enfrentamento prático das precariedades da moradia na cidade neoliberal – a cidade é uma produção coletiva, fruto de "previsão planejada" e do "trabalho, a luta com a natureza e a associação com homens", como diz Max Weber, ao designar sua compreensão de fenômenos "socioeconômicos" (Weber, 1979:79). O reconhecimento individual obtido por uma premiação como o Pritzker transporta o indivíduo premiado para o alto de um pedestal e o destaca do problema com o qual a sua arquitetura lida – isto é, o problema arquitetônico ou urbano permanece enquanto exclusivamente a pessoa do arquiteto se engrandece.

Segundo Lefebvre, o espaço produzido é fruto de uma complexa trama de *relações* entre indivíduos, instituições, eventos, normas e interesses diversos, impossível de submeter-se ao gênio de um só (quando isso aconteceu, vimos no que deu). A cidade, pela concepção lefebvriana, é o lugar por excelência "da sobreposição e do confronto entre modos de viver", da disputa entre "formas de apropriação do espaço" e do urbano – o que faz da cidade "produto e produtora de conflito" (Lago, 2012:9). As demandas habitacionais e as disputas pelo solo urbano, apesar de promoverem ruídos sazonais, alcançando aqui e ali alguma visibilidade destacada no contexto dos conflitos em voga, permanecem contudo embrenhadas num cipoal de interesses políticos, empresariais e imobiliários que ao mesmo tempo se misturam e se repelem, se associam e se chocam – e que, definitivamente, não haverão de se submeter ao demiúrgico traço dos arquitetos e urbanistas sem algum *conflito*.

Se algum benefício a exposição midiática do Pritzker proporciona, é colocar-nos novamente perante um recorrente tema (dentre outros), articulado desde os anos 1980, pelo menos no contexto brasileiro (mas que reverbera, como veremos, em outras plagas): as operações ideológicas imbricadas entre as dobras dos expedientes públicos voltados para a provisão

[2] Apenas como ressalva, penso aqui naquela infinidade de arquitetos que atuam no mercado de materiais de construção, em imobiliárias, nas lojas de decoração, em pequenas empreiteiras etc., que têm o ofício apenas como um "a mais" que os ajudam em seu posicionamento no mercado de trabalho.

habitacional popular. É sobre esse aspecto que trata a presente comunicação e, para tanto, parece-nos adequado refleti-la nos três tempos que aqui seguem.

2. PRIMEIRO TEMPO

O ambiente em que se desenrola nosso primeiro tempo é aquele logo após 1964, em período subsequente ao Golpe Militar que marcou o início do regime ditatorial no Brasil e que durou em torno de três décadas[3]. Dentre as diversas providências discricionárias, promovidas para estabelecer as bases de um novo plano de desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, reprimir iniciativas de sublevação ou reação popular, o regime determinou a criação de um Sistema Financeiro de Habitação – SFH e de um Banco Nacional de Habitação – BNH, empenhados em "estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda" (Lei nº 4.380/64 de 21 de agosto de 1964). Em um momento obviamente crítico, a questão da precariedade e provisão habitacional era um nervo exposto que precisava ser anestesiado prontamente. O assunto mobilizara as massas populares sob o governo de João Goulart e os "novos 'donos do poder' que emergiram com o 31 de março", esforçavam-se para despolitizar tal questão, tratada de forma populista nos governos anteriores. Desse modo, "uma linha de solução empresarial tomaria o lugar" das alternativas de ação no campo do planejamento e provisão habitacional promovidas anteriormente (Azevedo; Andrade, 1982:57), buscando orientar-se muito mais por uma racionalidade técnica determinada pela lógica da operação financeira do que por uma abordagem do problema como uma questão de política pública com acento social definido. Por isso um Sistema Financeiro e um Banco para lidar com tais operações.

O esforço da crítica acadêmica, algum tempo depois, procuraria identificar a distância ideológica entre aquilo que o regime propunha como esforço público para dirimir o sufoco habitacional dos mais pobres e o que realmente os investimentos realizados cumpriam como missão – com recursos dos trabalhadores, diga-se de passagem: após dois anos funcionando com dinheiro orçamentário, o SFH e o BNH passaram a contar com recursos agenciados diretamente junto à massa salarial paga no país, onerando as folhas de pagamento no setor privado e acumulados em um fundo específico, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Criado pela Lei 5.107/66, o FGTS substituiu a obrigatoriedade de constituição de reservas específicas para a indenização do trabalhador que viesse a ser demitido, até então atribuição do setor privado. Apesar de remunerado, as taxas de remuneração do Fundo, desde o início, nunca foram equivalentes às taxas cobradas nos investimentos realizados (variaram, ao longo do tempo, algo em torno da metade; em alguns períodos, chegou a pagar ¼ da taxa cobrada nas aplicações).

Compondo esse esforço analítico, Azevedo e Andrade já registravam, em seu trabalho de 1981, algo que já era perceptível no início dos 1970, há poucos anos de sistema em funcionamento[4]:

---

[3] A data que marca a efetivação do Golpe Militar é 31 de março de 1964, que derrubou o então presidente João Goulart e instalou o regime ditatorial que perdurou entre 1º de abril de 1964 até a indicação de Tancredo Neves para presidência da República, em 1985, após 5 governantes militares. Ao longo desse período – e, principalmente após o Ato Institucional nº5, considerado como o marco que consolidou a "linha dura" do regime, baixado em 1968 – o país experimentou um período de obscurantismo e violência, presidentes com poderes extraordinários, suspensão de garantias constitucionais e de direitos políticos, repressão, censura e prática de tortura em nome da ordem econômica e social e da segurança nacional. Em janeiro de 1985 e em nome da "restauração da República", Tancredo Neves foi eleito indiretamente por um colégio eleitoral formado por parlamentares, tudo sob as regras de uma abertura "lenta e gradual", de certa forma patrocinada pelo próprio regime - que já dava sinais ao mesmo tempo de 'dever cumprido' e exaustão. Tancredo Neves, contudo, foi vítima de enfermidade que o impediu de assumir o cargo: uma anunciada diverticulite que, na verdade, tratava-se de um leiomioma infectado, mais precisamente, um câncer intestinal. Morto em 21 de abril de 1985, assume em seu lugar o vice-presidente, também indicado, José Sarney.

[4] Referimo-nos à citação de Trindade, 1971:22: "No quadro de desenvolvimento urbano brasileiro, o problema mais importante não era a casa, era a abertura de oportunidades de emprego para absorvermos as massas de trabalhadores

> "O fato de, por uma parte, a política habitacional emergir com o propósito de contribuir para 'estabilidade social' ou para criar 'aliados da ordem' não quer dizer que tenham sido estes os único efeitos perseguidos. A geração de novos empregos, a mobilização da construção civil para atenuar a crise econômica e as vantagens táticas de sua utilização para sanar crises localizadas tiveram bastante peso na concepção da política e foram, desde o início, percebidos como um dos seus papéis principais." (Azevedo; Andrade, 1982:59-60)

Tratava-se, então, de identificar o deslizamento entre o problema e o "falso problema", isto é, avalizar, através do discurso e mesmo praticamente, o enfrentamento da questão da moradia para legitimar ideologicamente e obscurecer o esforço para a solução do problema real: a dificuldade de amealhar fundos suficientemente polpudos e saudáveis para aplicar na reprodução ampliada de valor – um velho problema sistêmico do capital. Segundo Gabriel Bolaffi, em texto de 1975, é próprio da ideologia mascarar problemas reais, substituindo-os por "falsos problemas". Segundo o autor, "formulam-se problemas que não se pretende, não se espera e nem seria possível resolver, para legitimar o poder e para justificar medidas destinadas a satisfazer outros propósitos" (Bolaffi, 1982:40 – essa formulação vai nos ser útil um pouco mais adiante). Assim, o regime empenhou-se na estruturação de uma espécie de arquitetura financeira e operacional que lhe permitiu proclamar o atendimento às aflições habitacionais do povo, declarando só enviezadamente que utilizava recursos seus para tal atenção (o FGTS) e transferindo, para o setor da construção civil, uma enorme massa de "recursos gerados no próprio setor privado" (Bolaffi, 1982:46).

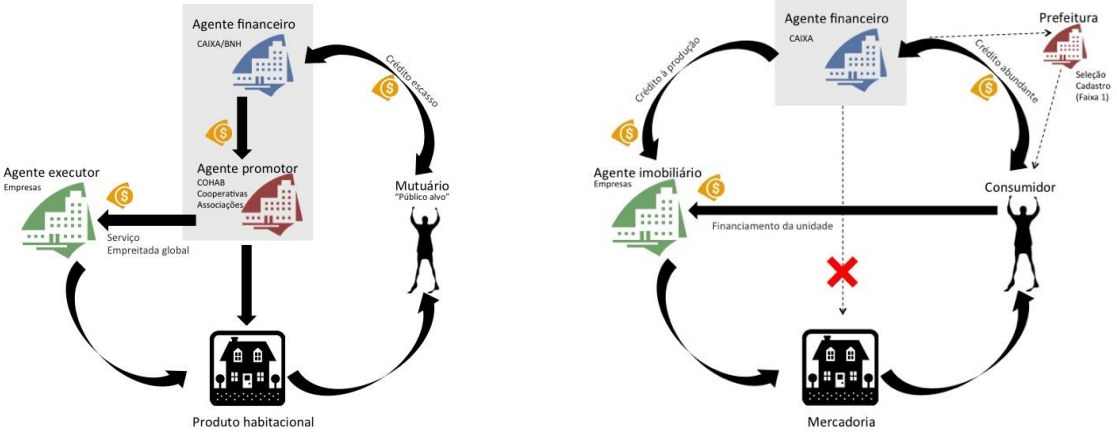
Ora, sabemos que a indústria da construção civil é um dos mais poderosos e potentes motores da economia, capaz de absorver imensos contingentes de mão-de-obra não especializada e barata (principalmente em países como o Brasil), além de gerar uma enorme massa de mais-valia, pronta e bem arrumada para transferência para outros setores, dadas as características do bem que produz (numa ponta, o trabalho barato – na outra, o imóvel caro). Chegamos então ao paradoxo desse primeiro tempo: em regime de economia (ainda) liberal, a *produção da moradia* vira o baluarte de um regime de exceção e é apregoada como solução para o problema do desenvolvimento urbano e da precariedade da vida nas cidades; para produzi-la, o estado faz caixa com recursos do próprio trabalhador e transfere tal recurso, através de um banco seu, para o setor da construção civil; as empresas da construção civil, por sua vez, ampliam seus investimentos na produção habitacional às custas de trabalho barato; os produtos ali gerados produzem mercadorias superiores à capacidade de compra dos trabalhadores que continuam pobres porque lhes são pagos salários absurdamente baixos; etc. etc. Num melancólico *coda* melódico, o ciclo se realimenta e o resultado são cidades onde a precariedade é regra e alguma urbanidade, exceção.

3. SEGUNDO TEMPO

De todo modo, não deixa de ser um exercício necessário procurarmos identificar, no tempo presente, os problemas e os "falsos problemas" que emergem dos arranjos programáticos aplicados na produção da moradia no contexto da cidade neoliberal. De pronto, parece-nos que o discurso que ideologicamente busca legitimar as ações estatais revigoradoras ou purgativas do capital não são mais borradas pelos expedientes carregados de mediações e obstaculizados por instâncias intermediárias na aliança entre estado e capital. Tal discurso é explicitamente veiculado e sumariamente incorporado, como se nunca antes tivesse sido possível imaginar um estado sem esse compromisso declarado e essa dependência ao capital. No momento anterior as operações de crédito habitacional sempre passaram pela figura de um "agente promotor", intermediário responsável pela obtenção dos recursos junto ao "agente financeiro" e contratação dos "agentes executores" – as empresas construtoras,

semiespecializados, de oportunidades para mobilizarmos os escritórios de engenharia, de planejamento, de projetos, de arquitetura e dar trabalho às firmas de construção civil e à indústria de construção, forças paralisadas na economia brasileira" (Azevedo; Andrade, 1982:60).

propriamente ditas. Nos tempos atuais, pelas bandas daqui, essa figura desapareceu: hoje, através do "Programa Minha Casa Minha Vida" – o PMCMV, programa federal de provisão habitacional vigente, lançado em 2009 e que já despejou no mercado imobiliário por volta de 3 milhões de unidades habitacionais –, o "agente promotor" sumiu, o "agente financeiro" repassa recursos diretamente ao "agente executor" – que se transformou num "agente imobiliário" (assim designado) – que é a própria empresa construtora.



Fonte: HABIS, IAU-USP (2014)

Teoricamente, caberia ao poder público local a regulação dos empreendimentos: verificar e obrigar o atendimento à lei de zoneamento, às regras edilícias, a compatibilidade com o ordenamento estabelecido pelo Plano Diretor da cidade etc. Mas o que vimos experimentando é o permanente ludibriar de tais regras, a frequente inserção de casuísmos na legislação urbanística e a produção de cidades e precariedades em larguíssima escala – em alguns casos, no interior do estado de São Paulo, algumas cidades chegaram a agregar, pelo programa, 10% de domicílios a mais em apenas 3 anos (Lopes; Shimbo, 2015). E o estado não se cansa de render louvores ao novo "arranjo gerencial" (Pulhez, 2014), uma vez que suprime dispendiosas etapas burocráticas, economizando tempos e operações de repasse sempre atravessadas pelo vezo institucional. Em seu papel como 'agente do capital' (Pulhez, 2014:97/291), o estado aparelhou-se tanto jurídica como gerencialmente para atender às novas rotinas de investimento – que hoje passam pelas empresas de capitais abertos, fluxo internacional de aplicações, sistemas de controle e gerenciamento digitalmente articulados, mercado securitizado de terras e hipotecas etc. (Shimbo, 2012).

No caso do PMCMV, o *etos* que subsidiava o discurso, já na época de seu lançamento, seguia a mesma disposição laudatória: logo no início da veiculação das peças publicitárias que promoviam o programa, vinha explícita a asseveração de que "é preciso fazer girar a roda da economia". Na cartilha publicada para divulgação e orientação quanto às modalidades do programa, a tríade *moradia/trabalho/capital*, antes implícita nos meandros do SFH/BNH, ali aparecia sem subterfúgio algum: "Moradia para as famílias / Renda para os trabalhadores / Desenvolvimento para o Brasil" (CEF, 2009). Por aqui, a aliança entre capital e estado aplica-se na produção massiva de casas, alardeada pelo discurso como atenção às demandas habitacionais dos mais pobres, mas concebida como política econômica anticíclica, em tempos de hiperexploração do trabalho e da renda da terra.

O que nos chama a atenção é que não se trata de um discurso sem correlatos, não só em termos geográficos e oficiais como também no contexto do agenciamento de argumentos para determinadas posturas de projeto que se propõem lidar com a problemática habitacional. Numa economia em tempos de neoliberalismo hipertrofiado, a lógica discursiva não sofre com as peias que, em outros tempos, obrigavam as palavras gingarem ao som do discurso oficial. Mas se esticam, quase ao limite de sua elasticidade, para permitir novos

conteúdos discursivos e argumentos em defesa de determinadas concepções de 'boa arquitetura' e 'bom urbanismo'. É o que parece acontecer com Aravena e seu *Elemental* e, como veremos, também no contexto do quarto tempo que segue adiante.

4. TERCEIRO TEMPO

Nosso terceiro tempo tem lugar no Chile, em período recente. Fabián Barros, em "*La desigualdade es Elemental – conjeturas ideológicas para una crítica a Quinta Monroy*", parece orientar sua crítica nesse sentido. Tomando como referência a midiática Quinta Monroy, em Sold Pedro Prado, Iquique, Tarapacá, no Chile – onde Aravena e seu grupo *Elemental* levam a termos concretos seu pragmatismo projetual – Barros argumenta que as soluções propostas pelo Pritzker e seu grupo conformam-se como uma mesa de três pés – um prosaico aparato doméstico, porém detentor de precário equilíbrio. Questiona a validade de uma solução arquitetônica que, em virtude da indisponibilidade do recurso, limita-se a "dar la mitad"; julga infundado atribuir aos usuários qualquer responsabilidade pelos possíveis descaminhos do projeto, uma vez que compartilharam sua elaboração através de "procesos de participación ciudadana", de tal modo que o "resultado queda blindado a cualquier reparo posterior, pues es el habitante quien ha definido su propio proyecto"; por fim, o terceiro pé procura equilíbrio no efeito imagético proporcionado pela circulação da obra ainda sem uso – o que resta, contudo, é que "lo que se fotografía queda impreso y el devenir en el tiempo ya no es responsabilidad – ni interés – de los arquitectos". Assim como no caso do nosso "falso problema", também aqui "estamos frente a un proyecto que paradójicamente reproduce lo que dice intentar combatir" (Barros, 2015). Como já adiantamos, a formulação de Gabriel Bolaffi, nos meados dos anos 1970, serve-nos também aqui, quase 50 anos depois: "formulam-se problemas que não se pretende, não se espera e nem seria possível resolver, para legitimar o poder e para justificar medidas destinadas a satisfazer outros propósitos".

Os próprios chilenos são os primeiros a reconhecer que o principal problema (ou um dos principais problemas) habitacional das concentrações urbanas do Chile é o de "Los Con-Techo". Uma publicação de 2005, resultado de um extenso trabalho de revisão da política habitacional promovida pelo Ministerio de Vivienda y Urbanismo – Minvu, um grupo de pesquisadores argumenta que, após a iniciativa estatal produzir em torno de dois milhões de moradias através de um intensivo programa de subsídio habitacional (num país de aproximadamente 17,3 milhões de habitantes é uma quantia bastante significativa), todas com propriedade regularizada e dotadas de infraestrutura, o problema da precariedade persiste: segundo Alfredo Rodríguez e Ana Sugranyes, organizadores da publicação, "si hace veinte años atrás el problema de la vivienda era el de las familias sin techo, hoy, en Santiago, el problema de la vivienda es el de las familias con techo" (Rodríguez; Sugranyes, 2005:14). Um dos estudos que integram o trabalho – do qual uma das autoras, acreditamos que por coincidência, tem o mesmo sobrenome do arquiteto do Elemental, Susana Aravena – traz um diagnóstico bastante realista dessa situação de precariedades na capital Santiago:

> "Un nuevo tipo de pobreza urbana afecta a gran parte de la ciudad y sus habitantes, asociada a los conjuntos de vivienda social construidos durante las últimas décadas. Para estos "nuevos pobres" pareciera estar resuelto el problema de la vivienda, el de la falta de un 'techo', situación que inmediatamente los deja por sobre la línea de la extrema pobreza. Sin embargo, la vivienda y el hábitat inadecuados, la experiencia de la pobreza y la exclusión social, continúan siendo parte de la vida cotidiana de más de un millón de personas que, sólo en Santiago, habitan en territorios generados por una intervención estatal, en los llamados conjuntos de vivienda social" (Aravena; Sandoval, 2005:123).

A proposta de solução para o problema habitacional defendida por Aravena, se por um lado aparece e é premiado como um expediente arquitetônico esperto para driblar a insuficiência dos recursos investidos na produção da moradia e salvar os pobres das precárias condições de existência nas cidades, por outro lado, ao dar apenas "la mitad", reserva a esses mesmos

pobres a impossibilidade de produzir *cidade* e "paradójicamente reproduce lo que dice intentar combatir" (Barros, 2015).

4. UMA BREVE DISSONÂNCIA

Impressiona a maleabilidade, flexibilidade e capacidade de aderência do expediente: no Brasil dos anos 1960, o discurso oficial proclamava o empenho do estado no enfrentamento do problema da moradia para os mais pobres; mas do que se tratava era a instituição de mecanismos financeiros, jurídicos e operacionais que viabilizassem a farta provisão de caixa para financiar o capital produtivo e especulativo nacional. No final dos anos 2000, providenciava-se a concessão de crédito abundante (novamente, com recursos do FGTS, diga-se de passagem) e fomentava-se a produção massiva de moradia para atendimento às demandas habitacionais (a ponto de *sobrar* em alguns lugares); mas do que se tratava era preservar, em regime anticíclico e a um alto custo, os mecanismos financeiros, jurídicos e operacionais que asseguravam a reprodução ampliada do capital – agora transnacional. Serve mesmo a outros contextos, como no Chile: ali a ação estatal insistiu, por quase meio século, na política de provisão, através de intensa distribuição de subsídio habitacional; o modelo chega a ponto de oferecer o argumento de projeto e justificar as 'meias-casas' (para 'meios-cidadãos'?) do Aravena; mas do que se trata é revestir com aura midiática soluções espertas que, se por um lado ganham o reconhecimento de prêmios internacionais, por outro desviam o olhar do real problema (no caso, o problema dos 'con-techo'). Em todas as situações, continua-se reproduzindo o que se afirma tentar combater.

Contudo, essa desfaçatez do discurso ideológico, apesar de sua capacidade de conformação a tempos e espaços distintos, não consegue evitar a mobilização de ânimos dissonantes.

Ora, é sabido que a construção ideológica, em boa medida, presta serviço à oclusão das reais condições que regem as relações de produção: "a venda imposta da força de trabalho obriga o trabalhador a subordinar-se à vontade alheia e fazer-se meio para um finalidade que jamais poderá assumir como sua, sua própria exploração para a obtenção de mais-valia"(Ferro, 2016:21). E é um "cidadão juridicamente livre" que "abdica de sua liberdade ao vender sua força de trabalho" e ainda agradece a "generosidade" do patrão que a compra, na forma de "capacidade produtiva" (idem). A operação ideológica presta-se, então, a borrar os contornos dos conteúdos sensíveis que regem as relações de produção.

No entanto, é essa mesma operação que acaba obrigando a permanente renovação do discurso: os mecanismos de reprodução ampliada do capital não são estanques e, para dar sobrevida ao trânsito de mercadorias sendo transformadas em capital e capital em mercadorias etc., tais mecanismos precisam periodicamente se ajustar a novas dinâmicas (em virtude do desenvolvimento das forças produtivas, novos arranjos geopolíticos etc.). O novo estágio da economia, considerando-se a passagem do liberalismo para um novo ciclo de valorização, pode ser chamado de *neo-liberalismo*, mas não deixa de ser um novo estágio de evolução do próprio capital. Desse modo, o discurso que dá legitimidade a esse novo estágio, também precisa ser ajustado. No entanto, como aqui defendemos, ele se faz valer de um mesmo expediente, em qualquer tempo ou contexto: afirma uma imagem aparente, para legitimar o que efetivamente a ação pretende. E parece ser justamente nos momentos de realização desses ajustes que o expediente abre alguns flancos.

A crise econômica e o esgotamento de um sistema especializado de financiamento habitacional no Brasil dos anos 1960/70 fomentaram o surgimento do que se chamou de "programas não-convencionais" ou "alternativos", que acabaram implicando na "criação de espaços de negociação com possibilidades políticas múltiplas" (UFRJ/IEI, 1989). Grosso modo, é na virada dos anos 1980 para os 1990 que se firmam os Movimentos de Moradia nas grandes cidades brasileiras e, especialmente na região metropolitana de São Paulo, a implementação de programas autogestionários de produção de moradias por ajuda mútua.

Após um período de profunda escassez de alternativas em nível federal e um certo refluxo dos Movimentos de Moradia, a ascensão do governo Lula em 2003 acenou com a possibilidade de, finalmente, abrirem-se os meandros do discurso e fazer a questão da moradia tornar-se um assunto público[5]. Contudo, em março de 2009, o próprio Governo Federal lança o "Programa Minha Casa Minha Vida": gestado por um grupo de empresas construtoras do país, setores do próprio governo[6] e a Caixa Econômica Federal – CEF [7]–, o programa, como vimos, privilegia a produção de moradias a partir das empreiteiras, relegando às organizações populares parcela não maior que 3% do volume de recursos aplicados até agora, para a realização de empreendimentos autogeridos (através da modalidade "Minha Casa Minha Vida – Entidades"). No entanto, com a derrubada do governo Dilma e recente suspensão de contratos com as tais "entidades", inicia-se uma nova rodada de crise e enfrentamento entre os Movimentos de Moradia e o Governo Federal[8]: o discurso começa novamente a fazer ruído e a deixar ver suas fantasmagorias.

O problema dos 'con-techo' no Chile vem alimentando a organização dos "pobladores" dos imensos aglomerados de moradias precárias. Segundo Rodríguez e Sugranyes,

> "…hay indicios de que el problema está cambiando: aunque el déficit cuantitativo se reduce anualmente en términos absolutos y las autoridades del sector hablan del éxito de las políticas, los beneficiarios están descontentos: diversas organizaciones de residentes de conjuntos de vivienda social protestan contra las empresas constructoras y contra el Minvu, con demandas judiciales por problemas relacionados con los estándares y la calidad de las viviendas, de los servicios y del equipamiento de los conjuntos habitacionales en donde viven. Estos son nuevos actores poblacionales, diferentes a los activos hace décadas atrás, como las organizaciones de allegados o comités de los "sin casa". En el último decenio ha ocurrido una sola toma de terreno de relativa importancia." (Rodríguez; Sugranyes, 2005:14)

O que queremos dizer é que o discurso que justifica o modo como o estado produz moradias nas cidades não é blindado: o sistema de valores que veicula corresponde a um protocolo de ações que não conseguem escapar do *conflito*. Cedo ou tarde, o discurso derrapa e o conflito aparece. É nessa hora que surgem brechas para o estabelecimento de alternativas de produção, pelas quais parece ser possível afrontar o projeto, demonstrar seus limites e virá-lo no seu avesso. É nessa hora que parece possível colocar o indivíduo frente às possibilidades de produção de sua moradia e do seu lugar de morar como produção de autonomia.

BILIOGRAFIA

Arantes, O. B. (2012). *Berlim e Barcelona: duas imagens estratégicas*. São Paulo: Annablume.

Arantes, P. F. (2012). *Arquitetura na era digital-financeira*. São Paulo: Editora 34.

Aravena, S.; Sandoval, A. (2005). "El diagnóstico de los pobladores 'con-techo'". Rodríguez, A.; Sugranyes, A. (org.). *Los con-techo: un desafío para la política de vivienda social*. Santiago de Chile: Ediciones SUR, pp. 123-138

Azevedo, S.; Andrade, L. A. G. (1982). *Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

[5] Criou-se o Ministério das Cidades, promoveu-se a elaboração de uma Política e de um Plano Nacional de Habitação, concebidos a partir de Conselhos e de consultas populares, patrocinou-se a elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social – os PLHIS – em todo o país, criou-se um fundo para arrecadação e aplicação de recursos orçamentários na política habitacional – o FNHIS –, aperfeiçoou-se o FGTS etc.

[6] No caso, a Casa Civil da Presidência da República, à época ocupada pela hoje presidente afastada, Dilma Roussef.

[7] Desde o fim do BNH, em 1988, a CEF é a instituição financeira responsável pela gestão do FGTS e das operações públicas de crédito habitacional no país.

[8] No dia 17 de maio de 2016, apenas dois dia após o afastamento da presidente Dilma Roussef da presidência da República, o novo ministro das Cidades, Bruno Araújo, revogou portaria que assegurava a contratação de novas 11.250 moradias. No dia 01 de junho, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – o MTST – ocupou a sede da presidência da República em São Paulo, na Avenida Paulista (um dos locais mais icônicos da cidade), forçando o recuo do governo – que, obviamente, negou que a decisão era resultado da ocupação.

Barros, F. (2015). "La desigualdade es Elemental – conjeturas ideológicas para una crítica a Quinta Monroy". *NOPINION El blog de Arkrit*. Disponível em http://dpa-etsam.aq.upm.es/gi/arkrit/blog/la-desigualdad-es-elemental-conjeturas-ideologicas-para-una-critica-a-quinta-monroy/

Bolaffi, G. (1982). "Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema". Ermínia Maricato (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.* São Paulo: Alfa-Omega

CEF (2009). *Minha Casa Minha Vida (cartilha)*. Brasília: CEF.

Ferro, S. (2016). "'Trabalhador coletivo' e autonomia". Villaça, I.; Constante, P. (org.). *Usina: entre o projeto e o canteiro.* São Paulo: Edições Aurora.

HABIS, IAU-USP (2014). "Projeto e produção da habitação na região central do estado de São Paulo: análise do PMCMV". Relatório de pesquisa. São Carlos: HABIS/IAU-USP.

Lago, L. C. (2012). "Introdução". Lago, L. C. (org.). *Autogestão habitacional no Brasil : utopias e contradições.* Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Metrópoles, pp. 7-16.

Lipovetsky, G.; Serroy, J. (2015). *A estetizaçãoo do mundo: viver na era do capitalismo artista.* São Paulo: Companhia das Letras.

Lopes, J. M. de A.; Shimbo, L. Z. (2015). "Projeto e produção da habitação na região central do estado de São Paulo: condições e contradições do PMCMV". Caio Santo Amore; Lucia Zanin Shimbo; Maria Beatriz Cruz Rufino (org.). *Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros.* Rio de Janeiro: Letra Capital, pp. 229-254.

Lopes, J. M. A. (2016). "Architecture as ensamble: a matter of method". Thomas, K. L.; Amhoff, T.; Beech, N. (org.). *Industries of architecture.* Oxon/New York: Routledge, pp.106-113.

Moix, L. (2010). *Arquitectura milagrosa – hazañas de los arquitectos estrella en la España del Guggenheim.* Barcelona: Editorial Anagrama.

Pulhez, M. M. (2014). *O arranjo gerencial: estado, empresas de engenharia e arquitetos nos cotidianos de gestão da política habitacional em São Paulo* (Tese de doutorado). São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo.

Rodríguez, A.; Sugranyes, A. (2005). "Introducción: aportes para un debate". Rodríguez, A.; Sugranyes, A. (org.). *Los con-techo: un desafio para la política de vivienda social.* Santiago de Chile: Ediciones SUR, pp. 13-19.

Shimbo, L. (2012). *Habitação Social de Mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro.* Belo Horizonte: C/Arte.

Tafuri, M. (1985). *Projecto e utopia.* Lisboa: Editorial Presença.

UFRJ/IEI (1989). *Sistema Financeiro de Habitação e programas habitacionais alternativos: diagnóstico e perspectivas.* (mimeo). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Economia Industrial.

Weber, M. (1979). "A 'objetividade' do conhecimento nas ciências sociais". Gabriel Cohn (org.). *Max Weber: sociologia.* (coletânea). São Paulo: Ática, pp. 79-127.